

2010/11/09

SOMÁLIA: UM QUEBRA-CABEÇAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL NO SÉCULO XXI[1]

Carlos Manuel Valentim[2], Miguel Monteiro de Barros[3] e Pedro Barge Cunha[4]

Somália - uma caracterização geral

Introdução

A Somália é um Estado colapsado, mas nem sempre assim foi. Este trabalho analisa o processo que levou a que tal acontecesse: qual o momento chave em que se pode afirmar que houve um antes e um depois, quais os factores que terão estado na desagregação do Estado e que o impedem de se recompor.



Não há respostas fáceis. Sendo a História um processo contínuo, muitas das raízes dos problemas são profundas e obrigam a recuar no tempo para se poder entender como se desenrolaram todos os processos e porque evoluíram de uma determinada maneira e não de outra. Aparentemente, a Somália teria as condições necessárias para possuir um Estado estável e para constituir uma nação. Repare-se: possui uma base etno-linguística homogénea, não existem minorias significativas, os seus habitantes partilham uma cultura comum, africano-árabe e muçulmana. Mas, na realidade é um país sem coesão, profundamente dividido em linhagens de clãs e sub-clãs, cujos líderes competem entre si pelos recursos disponíveis; retalhado em diversas regiões, na prática independentes entre si. É um Estado-Nação que existe apenas nos mapas.

Sem problematizarmos aqui a questão - o que se forma primeiro, o Estado ou a Nação[5], quando analisamos este país, inferimos de que possui muitos dos requisitos que, pelo menos na perspectiva dos pensadores ocidentais, estão na base da constituição das nações. Então porque não existem na Somália, Estado e Nação? Uma das razões, porventura a mais forte, será o facto de, nesta zona do mundo, de fronteira entre o Saara e a África verde, as populações, por via das condições climáticas adversas serem, tradicionalmente, semi-nómadas e criadoras de gado. Este estilo de vida potencia a manutenção de estruturas tribais, em que os laços de sangue têm primazia sobre quaisquer outros. Torna-se, pois, difícil incorporar valores como os de bem comum (num sentido mais alargado, “nacional”), já que esses valores, apesar de existirem, vivem confinados ao grupo humano com o qual se partilha o sangue.

Por outro lado, não podemos ocultar o papel e as imposições do colonialismo europeu que se aproveita das divisões da sociedade somali. Toda esta região vai sofrer as vagas de vários colonialismos: inglês, francês, alemão, italiano, em pouco mais de um século. A essas formas de domínio convém-lhes a ver representada a sociedade somali dividida em clãs, o que é muito cómodo para invasor, pois tem em vista a dominação e o controlo social. Em suma, aplica-se aqui a velha máxima de “dividir para reinar”.

Assim, e apesar de um Estado somali ter existido de forma mais ou menos funcional desde a independência até à queda de Siad Barre em 1991, a verdade é que, também esse Estado carregava no seu interior estas características[6], mascaradas então pela contingências da Guerra-Fria.

Quando analisamos fenómenos mais recentes, que colocaram a Somália no centro das atenções mundiais, como é o caso da pirataria, constatamos que, também aí, estas características culturais continuam bem vincadas – a estrutura organizativa dos grupos de piratas insere-se numa lógica tribal, e esta lógica impede (e vai continuar a impedir) que o Estado se recomponha. A sublinhar esta realidade temos o exemplo da Puntlândia, onde uma “espécie” de Proto-Estado, controlado por um dos clãs aí maioritários, que se dedica à pirataria, conseguiu estabelecer uma certa ordem, coisa que o governo “central” em Mogadíscio não consegue!

Para ultrapassar esta situação não há respostas fáceis ou rápidas. Só o desenvolvimento económico conseguirá quebrar esta lógica tribal e alargar as redes de solidariedade e de sentimento de pertença a outros grupos que não apenas os que se baseiam nos laços de sangue. Tal levará anos e, se esse desenvolvimento económico não for sustentado em actividades produtivas geradoras de mudanças não apenas económicas mas também mentais, assistiremos, provavelmente, à criação de mais um Estado petrolífero, onde as questões tribais não

desaparecerão, estarão apenas mascaradas pelo poder do dinheiro.

1. Caracterização geográfica

637.657 km quadrados, 2.800 km de costa, bordejada por recifes de coral. A oeste, limitada pelos planaltos etiópicos de Haud e de Ogaden, que penetram em território somali. Excluindo as montanhas a norte, com uma altitude máxima de 2660 metros, o país é constituído por um vasto planalto semi-árido, inclinado na direcção do oceano Índico. Possui dois rios com algum significado, ambos originários dos planaltos da Etiópia (o Juba e o Shebelle). Nas margens destes rios encontra-se a única vegetação permanente do país. Considerando a importância que a água assume numa região semi-árida, esta geografia física torna ainda mais delicadas as relações entre os dois países, colocando a Somália numa situação de dependência relativamente ao país fronteiriço[7] com o qual, historicamente, possui mais diferendos.

Clima – duas estações: a monção de Novembro traz com ela um vento quente e poeirento de nordeste. A monção de Junho traz a frescura do sudoeste. Os máximos de calor e humidade situam-se nos períodos de acalmia do Tangambili (“entre dois ventos” em swahili).

Grandes centros urbanos: Mogadíscio, Chisimaio, Merca, Hargeisa, Berbera.

2. População

Maioritariamente de origem Cuchitica e muçulmana. Aparentada, do ponto de vista étnico e linguístico com outros ocupantes do Corno de África (na sua maioria residentes na Etiópia). A população é homogénea ao nível étnico, religioso e cultural: eis uma excepção na África pós-colonial. Coexistem diversos dialectos. Esta homogeneidade é, todavia, enganadora, pois encontra-se fracturada pelo tribalismo. Cerca de 70% dos habitantes dedica-se à pastorícia de carácter nómada. Os rendimentos são precários, o que não surpreende ao verificarmos as condições climáticas prevalentes.

Segundo a lenda[8], os somalis descenderiam de dois nobres árabes, aparentados com o profeta Maomé, e que teriam originado os 6 clãs ou tribos (Darod, Isaq, Dir, Hawiye, Rahanwein e Digil) que constituem a população somali. É a pertença ao clã que continua a definir, em grande parte, o indivíduo somali e a sua importância social e política. Há uma forte clivagem entre os dois sexos, típica de sociedades nómadas ou semi-nómadas. Há tarefas que os homens consideram indignas, como a agricultura, a caça, e quase todas as ocupações manuais. Tradicionalmente, as suas ocupações eram (e permanecem) a guerra, cuidar dos camelos, estudar religião e a poesia. As mulheres dedicam-se às tarefas “domésticas” (montagem e desmontagem das tendas, cuidar do gado ovino e caprino, etc.). As ocupações manuais eram (são) levadas a cabo por grupos étnicos distintos (geralmente bantos) da população maioritária. Os camelos são símbolo de riqueza, forma de pagamento de uma esposa ou de compensação pelo assassinato de um membro de um outro clã. Para além da sua importância como sinais de posicionamento social, possuem alguma importância económica – produzem carne e leite mas nunca são montados, excepto por doentes ou feridos.

3. Contexto histórico

3.1. Esboço

A Somália, situada num cruzamento de influências entre a África negra e o mundo muçulmano, possui um carácter que se pode denominar árabe por via da religião, dos laços culturais e comerciais. Simultaneamente, a sua geografia física e humana, a recente história colonial e certas características económicas (a preponderância da pastorícia e de uma agricultura de subsistência), ligam-na à África negra. Esta filiação dupla originou uma cultura própria, que gera conflitos com os seus vizinhos (Etiópia e Quénia), por causa das populações somalis muçulmanas que vivem nestes dois países.

No caso da Etiópia, esse conflito assumiu características militares, no caso do Quénia, os diferendos foram resolvidos na vertente negocial. Se a relação conflituosa que a Somália mantém com outras potências da zona se deve ao facto de ser um país de fronteira entre religiões e civilizações – a cristã, a muçulmana e a africana[9], já os conflitos internos têm raízes geo-históricas – referimo-nos aqui à já mencionada falta de água, da qual dependem as pastagens, essenciais na economia somali. Esta situação é agravada pela pulverização da população em clãs ou tribos, o que dificulta a percepção de pertença a uma nação[10], cujos objectivos comuns não são considerados importantes para uma significativa parte dos somalis. A base de sustentação da lealdade continua a ser os laços de sangue e não a “nacionalidade”, conceito importado tardiamente do Ocidente[11].

A situação acima descrita ajuda a entender a participação de populações somalis na pirataria no Corno de África, questão por nós desenvolvida mais adiante.

3.2. Da Idade Média ao período colonial

Verificou-se uma constante expansão somali na direcção sul e oeste, à custa da Etiópia e dos povos bantos e galla. Os primeiros foram reduzidos à escravatura até à abolição desta, mas são, socialmente, considerados uma casta inferior, muito devido ao facto de se dedicarem à agricultura. Os galla foram, em grande parte, assimilados. Ao mesmo tempo que esta expansão interior ocorria, mercadores árabes e persas instalavam-se nas zonas costeiras, fundando as cidades de Mogadíscio, Zeila, Berbera, Merca e Brava, criando um lucrativo comércio entre as costas somalis e a península arábica e fortalecendo os laços religiosos com o mundo islâmico. No século XVI as costas somalis foram atacadas diversas vezes pelos portugueses. Aliás, dado o fracasso na conquista do Aden, em 1513, por forças lideradas por Afonso de Albuquerque – o objectivo era controlar as entradas e saídas do Mar Vermelho – Portugal estabelece um ponto de vigilância nas ilhas de Socotorá, no Golfo de Aden. No século XVII tornaram-se domínios do imã de Mascate.

No século XIX a Somália foi partilhada – no norte instalou-se o poder egípcio e, no sul, estabeleceu-se o poder do sultão de Zanzibar. No século XIX, após a abertura do canal do Suez, a França e a Inglaterra instalaram aí protectorados e a Itália uma colónia. Quando estas conquistas ocorreram, o imperador da Etiópia (Menelik II) estendeu as fronteiras etíopes, invocando a segurança do seu território. Os tratados estabelecidos nesta época determinaram, após a II Guerra Mundial, a concessão de Ogaden e de Haud à Etiópia, apesar dos protestos somalis.

No fim da II Guerra, a Assembleia Geral da ONU decidiu que a Itália continuaria a administrar a Somália, durante dez anos, e até à independência, em conjunto com um Conselho Consultivo (composto pela Colômbia, pelo Egipto e pelas Filipinas). Em 1960 a Inglaterra concedeu a independência ao seu protectorado. O Estado da Somalilândia durou cinco dias, quando se deu a união, previamente acordada, com a antiga colónia italiana (denominada Somália do Sul), surgindo, a 1 de Julho de 1960, a República da Somália, com um regime parlamentar, pluripartidário e com sufrágio universal. Nos cinco anos a seguir à II Guerra, com o auxílio das Nações Unidas, procedeu-se à fusão dos dois estados e das respectivas administrações (de influência inglesa e italiana). A questão da escrita (que não existia para a língua somali), originou conflitos. Até 1972, ano em que se adoptaram a escrita latina e o somali como língua oficial, os documentos oficiais eram redigidos em inglês, árabe e italiano.

3.3. O período pós-independência

No período compreendido entre a independência e 1969 tiveram lugar três eleições gerais. Desde o início do novo sistema que a formação dos partidos esteve ligada a ambições tribais, regionais e pessoais, o que originou várias lutas pelo poder, colocando-se desde o início a questão de se, apesar da unidade étnica, religiosa e cultural, a Somália pode ser considerada uma verdadeira nação.

Nestes dez anos a Somália integrou-se em algumas das organizações pan-africanas, nomeadamente na convenção de Yaoundé (mercado comum criado entre 19 países).

3.4. A Guerra-Fria

Durante a Guerra Fria, a posição estratégica do Corno de África tornou-o um lugar de conflito entre as duas superpotências. Em 1969, após um golpe de Estado com características tribais, o país adoptou o socialismo como forma de governo, estreitando os laços económicos e militares com o bloco de Leste. O novo presidente, Siyad Barre, propunha, no seu programa de governo, combater o tribalismo, o analfabetismo, o nepotismo e a corrupção e assegurar a democracia e a justiça, no fundo criar as bases de uma nação e de um Estado. A República da Somália passou a designar-se República Democrática da Somália. Seguiram-se as nacionalizações, incluindo das propriedades agrícolas. Tratava-se de um regime comunista de características especiais, já que nunca se pôs a questão de laicizar o Estado, que permaneceu muito ligado ao Islão, de resto como aconteceu noutros regimes de tendências marxistas instalados em países muçulmanos.

Em 1977 as relações com a URSS esfriaram, quando esta última apoiou o regime (também comunista) de Addis Abeba, contra a tentativa somali de anexação do planalto de Ogaden (o exército somali chega a ameaçar a cidade de Harare). A URSS e Cuba enviam homens e armas para a Etiópia a partir de Aden. A Somália aceita então uma substancial ajuda financeira saudita, que exigia, como contrapartida, uma ruptura completa dos laços com a URSS. A verdade é que esta ajuda (que incluiu ainda alguma ajuda ocidental, iraquiana e persa), se revelou mais limitada que o esperado, comparativamente à ajuda fornecida pela URSS e por Cuba ao regime de Addis Abeba. A ajuda

ocidental foi dúbia – por um lado apoiou a Somália com a garantia de que protegeriam as suas fronteiras em caso de um ataque etíope-soviético. Por outro, para não hostilizar a OUA, os países europeus e os EUA criticavam oficialmente a Somália e a sua agressão à soberania etíope.

3.5. A Aproximação ao Ocidente

Após esta ruptura, a Somália aproximou-se do Ocidente (enquanto Adis Abeba permaneceu próxima da URSS), e a sua pertença à Liga Árabe levou-a a aproximar-se dos estados árabes moderados. Os somalis perderam esta guerra, tendo a derrota, como consequência imediata, um golpe de Estado fomentado pelos militares em Abril de 1979. Foram convocadas eleições. Nada de estrutural mudou porque o presidente continuou a ser o chefe incontestado (juntamente com o seu clã, dominavam a vida política somali).

4. O Tempo Presente

4.1. A crise económica e social

A guerra de Ogaden, o fluxo de refugiados somalis após este conflito e uma seca sem precedentes originaram uma crise económica grave, fazendo com que o país não consiga sobreviver sem ajuda exterior. A partir de 1978 a Somália foi palco de várias tentativas de golpes de Estado, fazendo com que o regime apenas sobreviva graças a forças policiais que protegem o seu “núcleo duro”. Verificou-se um recrudescimento da oposição desde o bombardeamento efectuado por forças governamentais em Hargeisa (Junho de 1988). Em 1990 a capital sublevou-se contra o presidente Siad Barre. De Novembro de 1991 a Março de 1992 verificaram-se confrontos violentos entre os apoiantes do presidente e os seus opositores. Quando o exército somali, apoiante do presidente deposto foi desmantelado, em Janeiro de 1991, foram abandonadas cerca de 40.000 armas: uma poderosa “matéria-prima” para os conflitos futuros[12].

Nesta altura, a ONU interveio de novo no país por causa de uma violenta seca. Uma operação militar-humanitária de enorme envergadura, denominada Restauração da Esperança, dirigida pelos EUA, foi efectuada para tentar minorar esta situação catastrófica. Apesar de a operação ter conseguido travar a fome, não propôs nenhuma estratégia política de regulação do conflito. As fraquezas e hesitações dos responsáveis pela operação, aliadas à situação política caótica, culminaram no assassinato de centenas de somalis, de cerca de 20 soldados americanos e de capacetes azuis da ONU. Os EUA abandonaram a Somália, colocando as Nações Unidas numa situação insustentável. Quando esta missão terminou, em 1994, foi considerada como tendo sido um dos maiores fracassos de manutenção da paz da ONU.

Em Maio de 1991, a Somalilândia declarou a secessão, criando-se um novo Estado na zona. A situação de enorme instabilidade política e social manteve-se.

4.2. Que desenvolvimento?

Esforço de guerra, seca, afluxo de refugiados da guerra de Ogaden e erros de gestão, contribuíram para a actual situação etíope, cujo PIB per capita é um dos mais baixos do mundo. A população cresceu a um ritmo considerável (3,5 milhões em 1975, contra mais de 7,5 milhões em 2001, aos quais se acrescentaram 1,5 milhões de refugiados), sendo que a produção, em todos os sectores, ou baixou ou estagnou. Logo após a independência verificou-se algum progresso, em grande parte sustentado pela ajuda internacional, tendo sido construídas diversas infraestruturas, nomeadamente estradas, portos, escolas e hospitais.

A tomada do poder pelo exército, em 1969, levou à adopção de uma economia de tipo socialista, pouco eficiente, que privilegiou o sector estatal. As secas periódicas constituem um problema estrutural, que a Somália espera ver resolvido em breve, com a construção da barragem de Bardera, no rio Juba, destinada a produzir electricidade e para irrigação de cerca de 200.000 hectares de solo (o Banco Mundial opõe-se à sua construção, devido aos custos elevados, mas espera-se que a obra seja realizada por um consórcio euro-árabe).

A questão do desenvolvimento económico da Somália passa também pelo facto de uma parte substancial da sua população ser nómada, sendo estes grupos humanos particularmente afectados pelas secas. Esta forma de vida dificulta, também, a aplicação das ajudas no terreno. Daí que, após as secas de 1974-76, o governo tenha promovido a sedentarização através da criação de cooperativas de agricultores e de pescadores no sul do país. Estas cooperativas, após um sucesso inicial, esbarraram na falta de meios financeiros. A falta de capitais é, de resto, um dos principais entraves ao desenvolvimento económico do país. A dívida externa é enorme, tendo obrigado o país a pedir reescalamentos da dívida em 1985 e 1987, e a aceitar as medidas draconianas de contenção da despesa impostas pelo FMI.

II. Reconstruir a Somália - uma tarefa hercúlea

1. Tentativas de reconciliação

A partir da queda do general Siad Barre, em 1991[13], a Somália passou a ser um Estado colapsado. Desde então, as tentativas para reconstruir um Estado fiável falharam. As pressões criadas pelos constantes conflitos tribais, e a interferência estrangeira, nomeadamente da Etiópia e da Eritreia[14], justificam a falência das tentativas.

Em Maio de 1991, a Somalilândia (noroeste da Somália) declarou-se independente e, em 1998, a Puntlândia tornou-se autónoma. O sul somali manteve-se dividido por influências tribais e religiosas. Desta forma, e de como resto já verificámos, a Somália é um “país” fragmentado.

A guerra civil verificada nos anos 90 provocou uma grave crise humanitária, levando à intervenção das Nações Unidas e, particularmente, dos EUA. Em 1995, verificou-se a retirada das tropas estrangeiras “com a sua missão por cumprir”. [15]

Em Arta, Djibuti, teve lugar uma conferência de reconciliação, onde ficou estabelecido o Transitional National Government (TNG), em Agosto de 2000. O TNG não conseguiu exercer autoridade para além da capital, Mogadíscio, direccionando a sua atenção para a procura de reconhecimento e apoio internacional, deixando para segundo plano a procura de apoio intra-fronteiriço.

Neste contexto, a pedido do Egipto e de Djibuti, a Liga Árabe apoiou o TNG. A Etiópia, alarmada com as ligações do TNG a militantes islâmicos, tornou-se hostil e apoiou o Somali Restoration and Reconciliation Council (SRRC) – coligação rival do TNG.

O dinamismo político definia-se pela polarização entre o TNG e o SRRC. A Etiópia era a força que apoiava o SRRC, providenciando material militar e apoio logístico, embora a uma escala menor, quando comparado com o apoio dado pelos Estados árabes ao TNG. Estes Estados, ao fornecerem armas e munições estavam a violar o embargo de longa data estabelecido pelas Nações Unidas.

Assim sendo, a conferência de Arta falhou na tentativa de formar um governo funcional na Somália. Em Janeiro de 2002, numa cimeira da Inter-Governmental Authority on Development (IGAD) em Cartum, no Sudão, verificou-se a necessidade de uma nova conferência de paz para a Somália. Com a Etiópia e o Djibuti a apoiar diferentes facções somalis, coube ao Quénia dirigir as conversações.

A escolha foi Eldoret. A conferência iniciou-se a 15 de Outubro de 2002, tendo, duas semanas depois, atingido um dos seus principais objectivos – a assinatura, a 27 de Outubro, da Declaration on Cessation of Hostilities and the Structures and Principles of the Somali National Reconciliation Process. Do conteúdo da declaração constava o cessar das hostilidades; um acordo estabelecido numa nova carta federal ou constituição; a criação de estruturas abrangentes, representativas e descentralizadas de governo federal, aceitáveis para todos os partidos; a implementação do embargo de armas da ONU; o combate ao terrorismo; o convite à comunidade internacional para monitorizar a implementação dos acordos; o garante da segurança dos responsáveis pela ajuda humanitária.

Apesar da conferência parecer promissora, o resultado não foi o que se esperava. Dias depois da assinatura da declaração, irromperam combates em Mogadíscio entre facções rivais. Todavia, o problema central da conferência foi a falta de concordância entre os países do IGAD. “Os estados do IGAD estão divididos. Se eles não se conseguem reconciliar entre si, não conseguirão reconciliar outros,” [16] afirmou Hassan Abshir, primeiro-ministro do TNG em funções durante a conferência.

Os diplomatas ocidentais presentes em Eldoret afirmaram que a Etiópia e o Egipto (este não faz parte do IGAD) deram a entender que estavam preparados para novos combates caso as conversações falhassem. [17] Segundo Abdirizak Hussein, antigo primeiro-ministro – “Esta conferência está a ser manipulada por interesses externos. O sentimento geral é que a conferência está a ser completamente dominada pela Etiópia” [18].

A 2 de Dezembro de 2002, foi assinada uma declaração, pelas diversas facções de Mogadíscio (incluindo o TNG), que previa o cessar das hostilidades e a junção de forças no sentido de restabelecer a segurança na capital. No entanto, esta declaração assemelhou-se mais a uma coligação anti-Etiópia do que a um genuíno acordo de paz. Mesmo após estas conversações, a Somália continuava volátil e fragmentada.

Em 2004, com o objectivo de reconciliar o SRRC e o TNG, foram lançadas conversações, lideradas pelo IGAD, no Quénia. Addis Abeba, entre 2001 e 2004, ofereceu apoio político e militar ao SRRC no sentido de enfraquecer, ou mesmo substituir, o TNG[19]. A influência da Etiópia no IGAD foi

fundamental para a criação do novo governo, o Transitional Federal Government (TFG) – que vigora actualmente, e é a autoridade estatal reconhecida internacionalmente.

2. Missões na Somália - da teoria à prática

2.1 Conceito teórico

O conceito de peacebuilding não é muito preciso, apresentando diferentes concepções, que variam consoante a perspectiva dos autores. Baseando-nos na abordagem do extinto Instituto de Altos Estudos Militares, peacebuilding é “o conjunto de medidas levadas a cabo no seguimento da resolução de um conflito, destinadas a identificar e fortalecer estruturas adequadas ao reforço e consolidação do processo político, a fim de evitar o retorno das hostilidades. Assume a forma de projectos de cooperação, que contribuam para o desenvolvimento económico e social e para aumentar a confiança, sendo elemento fundamental para a preservação da paz e podendo requerer, quer o envolvimento civil, quer o militar”[20].

O conceito de peacebuilding alberga um conjunto de medidas que correspondem ao processo de reconstrução de Estados. Estas medidas incluem, segundo Boutros-Ghali, “desarmamento, a restauração da ordem, a destruição de armamento, repatriamento de refugiados, treino das forças de segurança, monitorização de eleições, protecção dos direitos humanos, a reforma das instituições e a promoção da participação política (...) a reconstrução das instituições e das infra-estruturas das nações devastadas por conflitos”[21]. A reconstrução de Estados tem assim dois objectivos subjacentes: o fim da violência armada e a satisfação das necessidades básicas da população.

Podemos analisar o conceito segundo a óptica do seu objectivo, meios, dimensão temporal, actores e organização. Desta forma, e segundo Haugerudbraaten, identificamos duas concepções:

Concepção 1:

- a. Objectivo: Promover a boa governação e os mecanismos de resolução dos conflitos.
- b. Meios: Essencialmente intervenção política
- c. Tempo: Curto prazo
- d. Actores: Comunidade Internacional
- e. Organização: centralizada nas NU, maior ênfase na coordenação do que na diversidade.

Concepção 2:

- a. Dedicada às raízes profundas dos conflitos
- b. Intervenção mais abrangente nas esferas política, económica, de segurança e humanitária.
- c. Longo prazo.
- d. Actores nacionais.
- e. Participação de vários actores, maior ênfase na diversidade do que na coordenação.

(Fonte: José Amaral Lopes, «A reconstrução de estados em África. A CPLP e a sua capacidade de intervenção no domínio do “statebuilding”. Desafios e oportunidades para Portugal».)

Fukuyama reconhece três fases distintas no processo de reconstrução de Estados[22], relativos a três cenários desiguais: “1) A reconstrução pós-bélica, aplicada a países recentemente saídos de conflitos violentos, em que a autoridade do Estado ruiu por completo e precisa de ser reconstruída a partir dos seus alicerces; 2) A reconstrução do Estado que embora fragilizado, tem um mínimo de estabilidade. Neste caso o objectivo principal passa pela criação de instituições do Estado auto-sustentadas, suficientemente fortes para resistir à retirada da intervenção externa; 3) Por último, o fortalecimento de Estados fracos mas detentores de alguma estabilidade, cujo défice se encontra centrado em algumas funções específicas.”[23]

Outra abordagem é a das Nações Unidas, que “assenta (...) em quatro pilares, a saber: 1) dimensão militar; 2) dimensão político-constitucional; 3) dimensão económico-social; 4) dimensão psicossocial.”[24]

2.2 As operações da ONU

A 24 de Abril de 1992, as Nações Unidas aprovaram a resolução 751, iniciando a United Nations Operation in Somalia (UNOSOM). Consequentemente, o Secretário-Geral revelou o 90-day Plan of Action for Emergency Humanitarian Assistance to Somalia e nomeou Mohammed Sahnoun, diplomata argelino, como seu Representante Especial. Quando Sahnoun chegou à Somália, reportou que os trabalhadores da ajuda humanitária e seus depósitos se tinham tornado nos principais alvos do crime organizado. Como forma de minimizar esta tendência, o diplomata lançou o programa Food-for-Arms que previa a entrega de, pelo menos, cinquenta mil toneladas de alimentos por mês, durante os 90 dias do plano de emergência. Verificaram-se falhas logísticas e problemas na distribuição, o que aumentou, ainda mais, o nível de violência.

Sahnoun sabia que os clãs constituem o cerne da sociedade somali. Neste sentido, tentou que o sistema tribal trabalhasse a favor da Somália, numa estratégia de Bottom-up. O apoio tribal era importante pois, desta forma, se poderia enfraquecer o poder dos senhores da guerra e obter acordos que permitissem a actuação da ajuda humanitária. O problema desta estratégia era o consumo de tempo.

Em Agosto de 1992, o Secretário-Geral da ONU informou que seriam enviados para Mogadíscio 500 capacetes azuis como parte integrante da UNOSOM. Esta medida obrigou Sahnoun a complicadas negociações. Ainda estes militares não tinham chegado à Somália, e em Nova York já se anunciava o envio de mais 3.800 homens. Esta atitude foi um ponto de ruptura. Esta declaração foi feita sem a consulta prévia da delegação da UNOSOM em Mogadíscio, dos países vizinhos e, pior de tudo, sem consultar os líderes somalis. Segundo Robert Patman, Shanoun e Aideed[25] acordaram a chegada de 500 peacekeepers. No acordo, o diplomata argelino declarou que qualquer aumento da força teria de ter o conhecimento e consentimento de Aideed. Depois das declarações feitas em Nova York, o general passou a ver os militares da ONU como adversários. Esta situação retirou credibilidade à ONU e capacidade de negociação. A 27 de Outubro de 1992, Shanoun resignou e foi sucedido por Ismat Kittani, diplomata iraquiano. Verificou-se a necessidade de reavaliar a estratégia.

Para as Nações Unidas, a crise somali era de carácter “complexo e extraordinário” exigindo uma “imediate e excepcional resposta”. Segundo o Conselho de Segurança, “a magnitude da crise humanitária causada pelo conflito, intensificada pelos obstáculos à distribuição de ajuda, constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais.”[26] Neste contexto, o Conselho de Segurança adoptou, em Dezembro de 1992, a Resolução 794, autorizando uma força de coligação, liderada pelos EUA, a actuar na Somália com vista a assegurar um ambiente propício à distribuição da ajuda humanitária. Assim surgiu a Operação Restauração da Esperança que seria dirigida por uma Unified Task Force (UNITAF), sob o comando do general americano Robert Johnston.

Por definição, a UNITAF era uma operação non-blue helmeted. Ou seja, tratava-se de uma operação autorizada, ou pedida, pelo Conselho de Segurança em que os Estados, voluntariamente, entrariam em acção com o objectivo de manter a paz e a segurança internacional.[27] A operação tinha como objectivos garantir a segurança dos portos, aeroportos e pontos de distribuição de comida; providenciar segurança aos comboios de ajuda humanitária; assistir as agências da ONU e às ONG, na distribuição de alimentos. Para estabelecer a segurança, promoveu-se um programa de desarmamento voluntário que, em troca, oferecia recompensas materiais e instrução para a vida civil. Para assistir e proteger as organizações de ajuda humanitária, era necessário providenciar escoltas militares, com vista a proteger os indivíduos e os abastecimentos, colocando um fim à contratação de “seguranças somalis”. Nesta estratégia também se verificaram esforços para restabelecer alguma lei e ordem, encorajando a criação de uma autoridade política local, assim como forças policiais.

Por razões domésticas, o presidente Bush não desejava que a operação na Somália se alongasse por muito tempo. Este foi um dos problemas da operação. Uma semana depois do início, Washington declarou a missão como um sucesso e começou a pressionar as Nações Unidas para empregar capacetes azuis substituindo a UNITAF. A administração Bush e a ONU entraram em desacordo. Para as Nações Unidas, o plano de desarmamento era prioritário e devia ser cumprido pela UNITAF, antes da transição para o comando da ONU. Para executar um programa de desarmamento era necessário prolongar a estadia na Somália, e os americanos não estavam dispostos a isso.

A UNOSOM II foi uma missão de peace enforcement, envolvendo assistência humanitária e combate activo. Segundo declarações de Boutros-Ghali, Secretário-Geral da ONU, “Desarmar as facções e colocar o seu armamento pesado sobre controlo internacional, para destruição ou relocação das armas num futuro exército nacional, é (...) a tarefa mais urgente da UNOSOM II.”[28] O plano de desarmamento, segundo J. W. Potgieter, estava organizado em três fases. Inicialmente, os milicianos e as armas seriam agrupados em áreas de agrupamento de facções, de onde seriam deslocados para zonas de acantonamento. O armamento pesado seria entregue, registado,

separado da milícia e inspeccionado. As armas operacionais seriam guardadas para um futuro exército somali, as armas em más condições seriam destruídas no local. Nesta fase, a milícia ficaria na posse de armas ligeiras por razões de segurança. Depois do prazo limite (Março de 1993), a milícia acantonada seria deslocada para zonas de transição, com as armas ligeiras. Aqui, estas armas seriam entregues e passavam pelo mesmo processo das armas pesadas. Os milicianos seriam preparados em duas vertentes, ou eram treinados para integrar um futuro exército somali ou recebiam instrução para a vida civil.

Este plano não chegou a ser concretizado porque não se conseguiram alcançar acordos com os beligerantes, nem estes honravam os que tinham sido feitos. Para Potgieter, os estádios normais das operações de desmobilização consistem em assegurar um acordo, estabelecer e gerir o cessar-fogo, retirar e reunir os beligerantes, desarmá-los, dispersá-los e reabilitá-los. Para isso era necessário um ambiente relativamente seguro que, segundo o mesmo autor, deveria ter sido o pré-requisito para as operações na Somália[29]. Para obter este ambiente seguro, o autor aconselha que se procure o “centro da gravidade do problema”. Neste caso era a anarquia que se vivia nas ruas de Mogadíscio, onde vigorava a lei do mais forte. A resposta a este problema era o desafio final. Esta deveria ser a base de todo o trabalho para acabar com a violência.

Um ponto precursor das missões de peacekeeping e monitorização é a obtenção de um acordo apropriado à desmobilização. Num estado colapsado, como a Somália, onde não existe autoridade reconhecida, um modelo de desarmamento e desmobilização deve ser desenhado e aplicado. Este modelo não deve ser coercivo, mas deve apelar antes à colaboração das facções através da aplicação de recompensas e penalizações, neste último caso, para quem não cumprir o que ficou estabelecido.

III. A Somália no Centro do Mundo: a desestabilização do comércio marítimo global

1. A questão da pirataria

Esta questão, intimamente ligada ao desenvolvimento, ou melhor, à falta dele, ganha particular importância e merece da nossa parte uma análise mais aprofundada, devido à relevância que assume em termos internacionais: o Corno de África insere-se num nó fundamental para o comércio mundial, constituindo as rotas marítimas que por aí passam uma das suas vias principais (cerca de 20.000 navios anualmente).

A Convenção de 1982 das Nações Unidas estabeleceu a law of the sea, que delimitou os espaços marítimos para exploração. Assim, o mar territorial ficou limitado às 12 milhas, enquanto a zona económica exclusiva vai até às 200 milhas; e a plataforma continental pode ultrapassar as 350 milhas.

O espaço marítimo da região do corno de África é um dos “pontos quentes” mundiais[30], uma encruzilhada de culturas e civilizações (ver figura 1). Apesar de possuir uma longa história, nunca no passado recente a pirataria atingiu o nível crítico a que se tem assistido nos últimos anos. Na verdade a pirataria, era vista pela maioria dos Estados, até há pouco tempo, como um mal menor, uma realidade anacrónica condenada a desaparecer. A evolução dos acontecimentos recentes fez cair por terra esta visão, lembrando aos Estados, particularmente aos mais ricos, de que problemas mal resolvidos do passado (neste caso, da descolonização e da Guerra-Fria), em áreas consideradas periféricas e pobres, poderão constituir barris de pólvora para o futuro, colocando problemas sérios que, caso não sejam debelados, afectarão seriamente a economia e a soberania, até dos países mais desenvolvidos: “Incidentes nesta região atingiram proporções sem precedentes e influenciam, actualmente, a viabilidade percebida de vias chave de comunicação, de importância crítica para o sistema comercial global marítimo.”[31]

Também o fenómeno da globalização, com a intensificação das trocas internacionais, contribuiu sobremaneira para esta situação[32]. A Somália encaixa na perfeição na descrição anterior – o colapso do Estado (ou a sua inexistência), a falta de perspectivas económicas, a inexistência de uma verdadeira nação (o território “nacional” é, de facto, controlado em grande parte pelos grupos tribais), a herança histórica, as tradições culturais (que, como já constatámos, consideram desprestigiante que os homens pratiquem determinado tipo de actividades), tudo isto concorre para que as actividades produtivas sejam abandonadas por outras (muito) mais lucrativas, como a pirataria[33]. Poder-se-ia afirmar a este propósito que “a ocasião faz o ladrão”!

Neste início do terceiro milénio, marcado pela diluição da identidade dos vários actores estatais, as áreas de interesse estratégico nucleares alteraram-se, presenciando-se a emergência de um fenómeno novo. Essas áreas de interesse estratégico fundamentais passaram a ser aquelas que são capazes de exportar a sua própria instabilidade e violência[34].

Há várias características que concorrem para a definição do conceito de «Estado»: território, população estável, organização institucional, poder soberano, capacidade de garantir a segurança aos seus cidadãos, organização do aparelho judiciário, administração territorial de uma máquina burocrática e fiscal.

Iromperam na última década, com tendência crescente, casos em que autoridade central do Estado desapareceu, fracassando assim um dos grandes pilares da afirmação de uma soberania interna que não conhece concorrentes. São múltiplos os conceitos de «Estados fracassados», assim como os critérios que são utilizados para classificá-los[35].

Seguindo um critério gradativo, que propõe uma escala baseada em «Estados fracos»; «Estados Falhados»; e «Estado colapsados»[36], verifica-se que a Somália se insere no lote de Estados colapsados. Isto é, não há a existência de um poder central, de onde dimanam a lei e a ordem, sendo que os órgãos de soberania e as instituições colapsaram[37]. Em resultado do esboroamento da autoridade central, e do caos jurídico, legislativo e administrativo (Francisco Proença Garcia) que se segue, emergem os grupos armados, cada um a ditar a sua “lei e ordem”, competindo pelo território e por recursos.

Acrescente-se que, no caso particular em análise, a Somália, na ausência de um Estado minimamente funcional, a organização tribal substituiu-se ao Estado em determinadas áreas, impondo uma certa ordem no caos anteriormente prevalecente, mais que não seja pelo fôlego que injecta à economia por via dos proventos da pirataria, o que as populações locais percebem como sendo positivo, reconhecendo aos piratas um papel social importante.

James Kraska[38], em artigo já citado, explica este fenómeno de forma clara: “Enquanto partes do país vacilam à beira do precipício da anarquia, (...) o clã Darood ajudou a estabilizar a região norte. Apesar de na região se ter desenvolvido uma nova economia baseada na pirataria, com toda a corrupção e cumplicidade que tal implica, as autoridades da Puntlândia conseguiram manter uma certa ordem que contrasta com a confusão de Mogadíscio, mais para sul. (...) Apesar de a política de clãs não comandar a pirataria na Somália, este fenómeno emergiu do interior da estrutura dos clãs. Consequentemente, o dinheiro do resgate faz o seu caminho para o fluxo do comércio da sociedade de clãs da Somália e para a economia das nações vizinhas. (...) O dinheiro de um resgate pode trazer estatuto, segurança, e a oportunidade para uma nova vida. “Eles têm dinheiro; têm poder e tornam-se mais fortes a cada dia que passa,” testemunhou Abdi Farah Juha, que vive na capital da Puntlândia, Garowe. “Eles casam-se com as moças mais bonitas; eles estão a construir grandes casas; eles têm carros novos; novas armas.”

A costa da Somália é, a seguir ao Golfo de Aden, a região do mundo com maior número de ataques pirata. Refira-se que estes ataques se concentram, maioritariamente, perto da costa somali, mas há notícia de cada vez mais ataques perpetrados em alto mar[39] (por vezes a distâncias entre 500 e 1.000 milhas marítimas, o que indicia um maior apoio logístico e material). Apesar de os piratas somali estarem bem armados, com armas e munições compradas nos bazares ilegais da Somália, da Etiópia e do Sudão, as suas capacidades são limitadas, ao contrário do que se veicula em alguma comunicação social. Atacam maioritariamente de dia (mais de 93% dos ataques). Os atacantes, com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, utilizam metralhadoras AK47 e RPG's. Estes grupos vão munidos para as acções com GPS portáteis, telemóveis, água, víveres e armamento portátil[40], mas devido ao pequeno porte e fragilidade das suas embarcações estão condicionados a navios relativamente baixos e lentos e a períodos do ano em que as condições meteorológicas lhes são mais favoráveis (entre monções). Todavia, as suas acções têm-se tornado mais arriscadas, como é evidente pelos ataques já mencionados levados a cabo em alto mar. A estrutura organizativa da pirataria reflecte a força do tribalismo (e o fracasso do Estado[41]) – os grupos de piratas encontram-se divididos por clãs, reflexo claro da estrutura social vigente. De resto, a forma como são levadas a cabo as capturas, a divisão das tarefas, o tratamento dos reféns (que são, na sua esmagadora maioria, bem tratados), estão em sintonia com as suas tradições culturais.

2. Resposta internacional à pirataria no Corno de África

A resposta internacional ao problema da pirataria nas costas da Somália tem sido levada a cabo, essencialmente, dentro de um sistema de cooperação multinacional. A acção de patrulhamento e eventual repressão dos ataques, levada a cabo a partir de finais de 2008, compreende o citado SNMG (Standing Nato Maritime Group 1)[42], que é uma força naval permanente da NATO, a CTF 151 (Combined Task Force), criada em Janeiro de 2009 e que se compõe, na actualidade, de 4 navios de três nações (EUA, Reino Unido e Austrália) e de um comando composto por pessoal da Turquia, do Paquistão e da Grécia; a EUNAVFOR (Força Combinada Naval), cuja operação se denomina ATALANTA, tendo-se iniciado em 2008 e cuja direcção é correntemente liderada pela Espanha – esta força é composta por 7 fragatas, 3 corvetas, 1 submarino e 4 aviões, com pessoal do Reino Unido,

França, Espanha, Alemanha e Grécia.

Os objectivos da operação da NATO são mais vastos, ultrapassando a mera vigilância e repressão da pirataria – pretende-se que esta força auxilie os Estados da zona a aumentarem a sua capacidade de resposta militar. De fora deste sistema de cooperação existe um número significativo de Estados que, individualmente, enviam navios e forças militares para esse espaço marítimo, de forma a protegerem os seus interesses comerciais. Aqui se incluem a Índia, a China, a Rússia, o Paquistão, a Arábia Saudita, os Países Baixos e a Malásia.

Estas operações têm tido algum sucesso – verificou-se um declínio dos ataques nas zonas patrulhadas por estas forças conjuntas. Outro dado positivo com significado é o facto de estas forças terem representado um esforço de cooperação internacional nunca antes alcançado em tão curto espaço de tempo. É caso para dizer que a economia comanda!

Outra das conclusões que poderemos retirar das missões navais, que as diversas marinhas do Mundo têm levando por diante naqueles mares do Índico, próximo da costa da Somália, é a de que essas forças navais já estão a operar num novo paradigma no tocando à projecção do poder naval. Essas missões inserem-se nas grandes tarefas, para o século XXI, do poder do Estado no mar[43]. Face à necessidade de proteger a liberdade de navegação, para interesse próprio e dos seus aliados e parceiros, tendo como pano de fundo o sistema económico de que todos vêm a beneficiar. O interesse que o comércio marítimo se faça em paz e segurança, leva os Estados a apostar na vigilância e controlo de espaços problemáticos[44]

3. Os problemas da resposta internacional

1. (Problema principal) A resposta estratégica continua deslocada. Devia privilegiar-se a raiz dos problemas, que estão em terra firme – desemprego, subdesenvolvimento económico, social e inexistência de um Estado minimamente eficiente.

2. Devia ser dada maior relevância à ajuda prestada, em meios técnicos e em conhecimentos, aos países da zona, de forma a poderem eles próprios proceder a operações de monitorização e repressão.

3. O apoio dado a acordos sub-regionais que lidam com questões de pirataria é insuficiente.

(Quadro elaborado com base no artigo de James Kraska, «Freaknomics of Maritime Piracy» in the Brown Journal of World Affairs, vol XVI, Issue II, Spring/Summer 2010)

Conclusão

Não será a Somália um quebra-cabeças para a paz e a segurança mundiais? Não tem sido a Somália um dos grandes entraves ao desenho de uma nova ordem nestas duas primeiras décadas do século XXI?

A resposta a estas duas pertinentes questões, do ponto de vista da segurança internacional, assim como na perspectiva da evolução das relações internacionais, não pode ser respondida de outra forma, se não pelo lado afirmativo. A análise levada a cabo neste trabalho aponta para uma perturbação da ordem internacional vinda do Corno de África.

De facto, a partir do território somaliano e nas áreas que lhe estão próximas, que confinam com todo extremo nordeste do continente africano, o grande golfo de Aden, a que se juntam os espaços limítrofes da península arábica – onde se detecta outro Estado fracassado: o Iémen – poderá estar a jogar-se o futuro de uma nova ordem política global. A provar esta asserção, está a forma como a comunidade internacional se tem aí deparado com desafios, o último e mais visível mediaticamente tem sido o combate à pirataria.

Porém, não se pode ocultar os sucessivos impasses políticos de todo o processo de paz e de reconstrução do Estado, de que a Somália tem padecido nas últimas duas décadas. Os vários actores do sistema político internacional não têm logrado chegar a acordos duradouros e suficientemente consistentes, entre os lados em conflito, que possibilitem uma paz efectiva e a consequente recomposição política, social e económica do território. Por outro lado, as organizações supranacionais e interestatais, sobretudo as Nações Unidas e a OUA (Organização de Unidade Africana) têm-se mostrado impotentes, aplicando resoluções que raramente são materializadas. Refira-se ainda, que algumas potências, com aspirações de hegemonia na região, como a Etiópia, sejam encaradas com desconfiança quando, por vontade própria, ou por sugestão/decisão da comunidade internacional, intervêm no conflito.

Poderemos situar o grande cataclismo do Estado somaliano a partir de 1991, quando a morte do

ditador Siad Barre ditou o tocado de finados para o regime ditatorial que durante mais de uma década tinha guiado os destinos do país, inclusive o tinha levado a travar uma guerra com a vizinha Etiópia. O que aconteceu daí para cá, é deveras impressionante. Como foi possível um Estado colapsado influir de forma contundente na agenda política internacional? A resposta, mais uma vez, foi sendo dada ao longo deste trabalho: a emergência de novas guerras e as que se antevêm no futuro não obedecem à tríada do modelo que Clausewitz definiu: Território, População, Forças Armadas. As novas guerras passaram a ser irregulares e as ameaças extremamente difusas. Estes conflitos não têm uma frente delineada e não se caracterizam pela estratégia clássica de combate, assente em bases, no território e posições conquistadas. Acresce, que uma das grandes ameaças à paz são os Estados fracassados, desintegrados. Nesses territórios sem lei nem grei, tendem a florescer santuários de redes terroristas; bandos armados que atacam pessoas e bens de qualquer credo ou nação; grupos financeiros clandestinos duvidosos que financiam redes terroristas, ajudando-lhes a adquirir armas de destruição massiva.

A Somália preenche, na realidade, todos estes requisitos. E não deixa de ser impressionante como o conflito interno, que teve o início no interior do território, alcança a frente marítima nos últimos anos. Isto é, as frentes desta guerra tendem a multiplicar-se, em territórios próximos ou a ser exportadas para outros locais e espaços.

Em síntese, a Somália tornou-se um quebra-cabeças para a paz e a segurança do Mundo.

[1] Este artigo resultou de um trabalho que apresentamos no seminário de Segurança e Defesa II, ministrado pelo Professor Doutor/Tenente-Coronel Francisco Proença Garcia, do Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais do ISCTE-IUL/Academia Militar. Queremos agradecer ao Sr. Professor Doutor/Tenente-Coronel Francisco Proença Garcia os comentários que logo na altura fez ao estudo apresentado, e o incentivo que nos deu para publicar este trabalho.

[2] Oficial de Marinha, Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE-IUL/Academia Militar

[3] Mestrando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE-IUL/Academia Militar

[4] Mestrando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE-IUL/Academia Militar

[5] Acreditamos que os dois estão tão interligados na génese da maioria dos países, que se torna difícil decidir qual tem primazia sobre o outro.

[6] Siad Barre utilizou, no seu governo, a lógica tribal – a maioria dos seus apaniguados pertencia ao seu clã.

[7] Esta dependência torna-se ainda mais óbvia quando se constata que a pluviosidade na Somália é irregular, e com valores inferiores a menos de 600 mm ao ano. As secas são constantes, sendo interrompidas por chuvas diluvianas, o que dificulta a gestão de um recurso tão vital à existência. Pode concluir-se, pelo que aqui se descreve, que a água possa estar na origem de conflitos futuros entre os dois países.

[8] Note-se que (talvez como diferenciação), a tradição etíope afirma ser este povo descendente da união da lendária rainha de Sabá com o rei Salomão, o que justificaria, parcialmente, a especificidade da Etiópia (país maioritariamente cristão, apesar da grande maioria muçulmana que aí habita e da minoria judaica – significativa até aos anos 80 – numa zona do mundo predominantemente muçulmana).

[9] Repare-se como a Etiópia, o inimigo por excelência, aparece como um “caso à parte”, constituindo, com a Turquia, o que Samuel Huntington designa de “lone countries”.

[10] Como refere Samuel Huntington, os anos 90 do século XX assistiram à erupção de uma crise de identidade global. As pessoas, quase por todo o lado, questionaram-se sobre a sua pertença um território, a uma cultura, a uma sociedade. Tais questões colocaram em causa, em alguns espaços políticos (por exemplo a ex-Jugoslávia, antiga União Soviética ou mesmo a própria Somália), as estruturas do Estado-Nação. O que nestes territórios passou a contar, foi o sangue, a crença, a fé, a família. Cfr. Samuel Huntington (2009), O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial, 4ª Ed., Lisboa, Gradiva, p. 146.

[11] Na Somália, os bandos armados organizam-se numa base etno-linguística. Uma tal organização é definida pelos laços familiares e pelas estruturas tradicionais de «grupo» assente numa cultura que partilham, no qual as decisões passam pelas deliberações dos mais velhos, sendo a liderança indicada pelos membros que compõem o grupo. In Francisco Proença Garcia

(Abril 2009), “A Nova Polemologia”, Negócios Estrangeiros, nº 14 , p. 83.

[12] “Em consequência da Guerra-Fria e das alianças militares com a Superpotência [URSS], o exército somali era um dos mais bem armados do continente [africano] nos anos 80.”, in Clement Adibe(1995), Disarmament and Conflict Resolution Project, Managing Arms in Peace Process: Somalia, United Nations Publication, Nova Iorque e Genebra, p. 156.

[13] Como, de resto, refere o relatório Jane’s, na sua National Overview de 10 de Maio de 2010.

[14] Em 2006, a Eritreia providenciou armas à União dos Tribunais Islâmicos (UTI), assim como transportou reforços militares (de origem desconhecida) para a Somália. Com a derrota da UTI, a tentativa da Eritreia de exercer influência em território somali foi marginalizada.

[15] Salvaging Somalia’s Chance for Peace, Internacional Crisis Group Africa Briefing, 9 Dezembro 2002, Nairobi/Brussels, p.1.

[16] Ibid, p.6.

[17] Ibid, p.6.

[18] Ibid, p.6.

[19] Can the Somali Crisis Be Contained?, Crisis Group Africa Report nº116, 10 Agosto de 2006, p.3.

[20] in José Amaral Lopes, «A reconstrução de estados em África. A CPLP e a sua capacidade de intervenção no domínio do “statebuilding”. Desafios e oportunidades para Portugal», in Estratégia/Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, vol. XVIII, 2009, pág. 31.

[21] Ibid, p.31.

[22] Francis Fukuyama(2006), A Construção de Estados. Governação e Ordem Mundial no Século XXI, Lisboa, Gradiva,p.109.

[23] José Amaral Lopes, Ibid, p.32.

[24] Ibid, p.33. A dimensão militar, entre diversas tarefas, passa por “1) dismantelar as estruturas de comando e controlo e constituir um novo exército nacional, em cujas forças armadas deverão estar representadas as partes beligerantes; 2) eliminar as armas ligeiras e desarmar a população; desmobilizar, e reintegrar (...) os antigos combatentes na sociedade civil; 3) levantar novas doutrinas de segurança”. A dimensão político-constitucional “visa sobretudo a reforma da administração pública e do sistema judicial, a democratização e o apoio à sociedade civil.” A dimensão económico-social “deverá ser dirigida: 1) ao nível macro-económico – na recuperação, reabilitação e criação do tecido sócio-económico (infraestruturas físicas, como estradas, caminhos de ferro, etc.); 2) ao nível micro-económico – vocacionada para a resolução dos problemas imediatos (reinserção social, criação de empregos, revitalização dos serviços básicos como a saúde, educação, etc.)”. A dimensão psicossocial «constitui a parte “imaterial” do processo de reconstrução de um Estado e tem como finalidade restaurar o tecido social destruído pela guerra. A necessidade de ultrapassar os traumas da guerra e a reconciliação da sociedade, contribui para a eliminação das raízes profundas da conflitualidade que não desapareceram com a assinatura dos acordos de paz».

[25] Antigo general do exército somali. Ajudou na derrota das forças do general Barre, como comandante militar do United Somali Congress (USC). Na sequência de uma luta feroz pelo poder com Ali Mahdi, seu antigo colega na USC, Aideed formou a Somali National Alliance, tornando-se num elemento fundamental no aprofundamento do conflito.

[26] Clement Adibe(1995), Disarmament and Conflict Resolution Project, Managing Arms in Peace Process: Somalia, United Nations Publication, Nova Iorque e Genebra, p. 54.

[27] Ibid, p.56.

[28] Ibid, p.69.

[29] Ibid, p.159.

[30] Refira-se a este propósito a República Popular da China, que deslocou forças navais para a região. Desde as viagens do Século XV, que o Império do Meio, não projecta assim o seu poder naval, o que atesta a sua preocupação com a situação. O gigante asiático, necessita amiúde de grandes quantidades de energia e minério para a sua florescente indústria, temendo pela segurança dos corredores marítimos que levam ao Mar da China. Em 2004 a China importava um

total de 3.40 mil barris de crude por ano; hoje em dia esse consumo presume-se que se situe nos 9.60, e ascenderá a 11.40 por volta de 2015, e 18.79 em 2030. As gigantes petrolíferas China National Petroleum Corporation(CNPC) e China Petrochemical Corporation lideram a procura de crude nos principais mercados da África, América e Ásia. Veja-se David L.O. Hayward, China's Oil Supply Dependence,(Consulta a 10JUN2010)

[31] In Peter Chalk(2010), «Piracy Off the Horn of África: Scope, Dimensions, Causes and Responses», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II, Spring/Summer, pág. 90.

[32] “As duas décadas passadas de globalização tornaram-se possíveis apenas devido ao transporte marítimo. Mais de 90 por cento do comércio mundial viaja por mar, que é o método mais rápido e barato de transportar grandes cargas.”, in James Kraska(2010), «Freakonomics of Maritime Piracy», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II, Spring/Summer 2010, p. 110.

[33] A pirataria levada a cabo por somalis na região não é de agora, é uma realidade histórica antiga. O que mudou foi a escala a que é efectuada: "Historicamente, o cartel Hoboyo-Haradhere (às vezes referido como os Marines Somali ou a Guarda Costeira Somali), dominava a pirataria na Somália. (...) No fim de 2006 possuía uma milícia de 75 a 100 [homens] e uma capacidade naval de 100 pequenos barcos. Apesar de o grupo permanecer como um dos principais actores na região de Haradhere, compete, na actualidade, com um mosaico difuso de grupos baseados em seis pequenos centros situados ao longo dos 2.800 km da costa somali (...). Estes grupos possuem, em média, 12 a 35 membros, que se dividem tipicamente, ainda que nem sempre, em grupos de ataque, de aprisionamento e de reconhecimento. Em regra, os grupos de ataque são os mais respeitadas e aqueles que recebem a parte de leão de todo e qualquer resgate negociado. O primeiro a abordar um navio ganha um prestígio social considerável. Nas palavras de um membro de um gang: “Quando capturas um navio, as pessoas consideram-te como um presidente””. In Peter Chalk(2010), «Piracy Off the Horn of África: Scope, Dimensions, Causes and Responses», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II, Spring/Summer, pp. 91 e 92.

[34] Francisco Proença Garcia, Maria Francisca Saraiva (Setembro de 2004), “ O Fenómeno da Guerra no Novo Século” Negócios Estrangeiros n.º 7, p. 105.

[35] Vide Francisco Proença Garcia(Abril 2009), “A Nova Polemologia”, Negócios Estrangeiros, nº 14, p. 83.

[36] Idem, ibidem.

[37] Veja-se a definição de “Estado Colapsado” em Idem, ibidem, p. 84.

[38] In James Kraska(2010), «Freakonomics of Maritime Piracy», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II, Spring/Summer, pp. 113 a 115.

[39] Um bom testemunho desta situação é-nos dado pelo Comando do NRP “Côrte-Real”, a fragata portuguesa, navio-almirante do Standing Nato Maritime Group 1, que operou no Golfo de Aden entre Março e o Verão de 2009. Veja-se NRP “Côrte-Real” é navio-almirante do Standing Nato Maritime Group 1”, Revista da Armada, Maio de 2009, pp. 5-7, sobretudo a página 6.

[40] Ibidem, pág. 6.

[41] Como o reconhece Roger Middleton, do Chattam House Institute, citado por Peter Chalk, na obra acima referida, pág. 94: “A pirataria tem sido um problema nas águas somali pelo menos desde há dez anos. Contudo, o número de ataques perpetrados com sucesso aumentou nos últimos [vários] anos. Com um governo débil, praias de areia longas e isoladas, e uma população simultaneamente desesperada e habituada à guerra, a Somália constitui um ambiente perfeito para a pirataria triunfar.” Peter Chalk, mais adiante, acrescenta: “O facto de os ataques baseados na Somália terem declinado entre 2006 e 2007, durante o governo da União de Tribunais Islâmica (UCI [em inglês]), demonstra de forma evidente a influência crítica que as instituições centrais e locais podem exercer na gestão da pirataria.”, p. 94.

[42] A SNMG1 foi constituída, pela além da fragata portuguesa “Côrte-Real”, que liderava a força, pelo SPS “Blas de Lezo”, FGS “Spessart”, FGS “Empaden” e USS “Klaking”. Na área de operações haveriam de se juntar o USS “Halyburton”(por troca com aquele último) e o HNLMS “De Zeven Provincien” e o HMCS “Winnipeg”. Vide testemunho do Comando do navio português, loc. cit., p.5.

[43] Sobre este pertinente assunto, Veja-se a obra clássica de Eric Grove(1990), The Future of Sea Power, London, Routledge, p. 221 e ss.

[44] Idem, ibidem, p. 222-223.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

RELATÓRIOS

International Crisis Group, Africa Report N° 45, Countering Terrorism In a Failed State, Executive Summary And Recommendations, 9 Dezembro de 2002

International Crisis Group, Salvaging Somalia's Chance For Peace, 9 Dezembro de 2002

International Crisis Group, Africa Report N° 88, Somalia, Continuation of War By Other Means? Executive Summary And Recommendations, 21 de Dezembro de 2004

International Crisis Group, Africa Report N° 116, Can The Somali Crisis Be Contained? Executive Summary and Recommendations, 10 de Agosto de 2006.

International Crisis Group, Somalia's Divided Islamists, 18 de Maio de 2010.

Jane's Sentinel, Country Risk Assessments.

Comando do NRP "Côrte-Real" NRP "Côrte-Real" é navio-almirante do Standing Nato Maritime Group 1", Revista da Armada, Maio de 2009, pp. 5-7.

ARTIGOS

Chalk, Peter(2010), «Piracy Off the Horn of África: Scope, Dimensions, Causes and Responses», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II, Spring/Summer.

GARCIA, Francisco Proença, Saraiva, Maria Francisca (Setembro 2004) " O Fenómeno da Guerra no Novo Século" Negócios Estrangeiros n.º 7, pp. 104-121.

GARCIA, Francisco Proença (Abril de 2009), "A Nova Polemologia", Negócios Estrangeiros, nº 14, pp. 76-111.

Gates, Robert M. (May/June 2010), «The Future of U.S. Security Assistance», Foreign Affairs.

HAYWARD, David L.O. China's Oil Supply Dependence, Journal of Energy Security, Thursday, 19 June, 2009, www.ensec.org/indexchinas-oil-supply-dependence. (Consulta a 10JUN2010).

Huntington, Samuel P.(1993) «The Clash of Civilizations?», Foreign Affairs, Summer 1993.

Kraska, James (Spring/Summer 2010), «Freakonomics of Maritime Piracy», The Brown Journal of World Affairs, vol. XVI, Issue II.

Lopes, José Amaral(2009), «A reconstrução de estados em África. A CPLP e a sua capacidade de intervenção no domínio do "statebuilding". Desafios e oportunidades para Portugal», in Estratégia/Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, Vol. XVIII.

ONUOHA, Freedom C., Sea Piracy and Maritime Security in the Horn of Africa: the Somali Coast and Gulf of Aden in Perspective, www.informaworld.com. (Consulta a 10JUN10).

BIBLIOGRAFIA GERAL

Enciclopaedia Universalis, vol. 21, Paris, 2002.

Adibe, Clement, Disarmament and Conflict Resolution Project, Managing Arms in Peace Process: Somalia, United Nations Publication, Nova Iorque e Genebra, 1995

Fukuyama(2004), Francis, A Construção de Estados, governação e ordem mundial no século XXI, Gradiva, Lisboa.

GROVE, Eric(199), The Future of Sea Power, London, Routledge.

Huntington, Samuel(2009), O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial, 4ª Ed., Lisboa, Gradiva.

Silva, Manuel da(2005), Terrorismo e Guerrilha. Das Origens à Al-Qaeda, Edições Sílabo, Lisboa.

14 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/04/04

PIRACY: STRATEGY OR PHENOMENON?[1]

Bruno Reynaud de Sousa[2]

2011/12/05

A PIRATARIA MARÍTIMA NA SOMÁLIA[1]

José Rodrigues Pedra[2]

2011/08/05

COREIA DO NORTE. O QUE A TRAZ DE NOVO AO NOTICIÁRIO INTERNACIONAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/26

A PIRATARIA MARÍTIMA: ENVOLVENTE E CENÁRIOS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/07/27

PIRATARIA NA SOMÁLIA: ASPIRINAS, ANTIBIÓTICOS E CIRURGIAS[1]

Nuno Sardinha Monteiro[2]

2010/02/17

AFINAL O QUE É A PIRATARIA?

Eduardo Serra Brandão[1]

2009/03/31

REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA – UM PERFIL MILITAR PÓS-MODERNO[1]

Luís Marquês Saraiva[2]

2008/10/10

OS TALIBÃS DE VOLTA A CABUL

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/02

UM MERGULHO NA LÍBIA DE KADAHFI

João Brandão Ferreira

2008/03/30

A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO

João Brandão Ferreira

2008/03/14

A CRISE ARMADA COLÔMBIA-EQUADOR[1]

Tatiana Waisberg[2] (Brasil)

2006/06/27

A COREIA DO NORTE - ENTRE O LANÇAR DE UM MÍSSIL INTERCONTINENTAL E RECEBER AJUDA ALIMENTAR.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/02/02

COREIA DO NORTE. ALGUMA ESPERANÇA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/15

ESTADOS FALHADOS

Alexandre Reis Rodrigues